

Comissão reduz meta de superávit

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso ignorou o acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e reduziu a meta de superávit primário - a economia de receitas em relação às despesas, exceto juros da dívida pública - para a União este ano. No relatório que divulga hoje, o relator-geral do Orçamento, deputado Carlos Melles (PFL-MG), argu-

menta que adequou a proposta orçamentária do governo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A meta de 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB) propostos pelo Executivo caíram para 2,6% no projeto de lei orçamentária que deverá ser votado na próxima semana. Com isso, estão garantidos mais R\$ 564 milhões para ampliar gastos e atender às emendas dos parlamentares.

A LDO, à qual a lei orçamentária deve obedecer, fixou como meta mínima do superávit primário do Governo Federal, este ano, 2,6% do PIB, portanto 0,5% abaixo dos 2,65% propostos pelo Executivo. Em termos absolutos, no entanto, a comissão mista elevou o valor do superávit primário de R\$ 28,5 bilhões para R\$ 29,3 bilhões. Esse aumento resultou da reestimativa das receitas de

impostos e contribuições sociais feita pela comissão, que também ampliou o valor nominal do PIB. Se a comissão mista tivesse mantido a meta em relação ao PIB, de 2,65%, o valor absoluto do superávit primário seria de R\$ 29,883 bilhões. No entanto, o relator-geral está propondo que essa diferença, de R\$ 564 milhões, seja usada para complementar as fontes de recursos.